

Palácio da Justiça está condenado

Laudo do Corpo de Bombeiros e da Defesa Civil confirma que sede do Tribunal está condenada. Sessão plenária decide mudança

Tais Braga
Da equipe do **Correio**

Primero foi a residência oficial de Águas Claras, em seguida o Palácio do Buriti e o prédio anexo. A sede do Tribunal de Justiça do Distrito Federal também está condenada. Precisa ser desocupada imediatamente, segundo informou o corregedor da Justiça do DF, desembargador Lécio Resende, com base em um laudo elaborado por engenheiros e arquitetos do TJ-DF, que constataram "fendas nas vigas de sustentação do prédio".

Construído em 1969, o prédio passava por reformas no plenário, há 20 dias, quando o problema foi descoberto. Foi solicitado um novo laudo ao Corpo de Bombeiros e Defesa Civil, que confirmou a conclusão dos técnicos. Ontem o desembargador foi comunicar oficialmente o fato ao governador Joaquim Roriz, que ofereceu um dos prédios do GDF para a instalação provisória do Tribunal.

"O Centro de Convenções seria o ideal", comentou Lécio Resende, explicando que a decisão dos juízes e desembargadores será tomada na segunda-feira, numa sessão plenária. "O governador colocou toda a estrutura administrativa do GDF à disposição da Justiça. Essa atitude

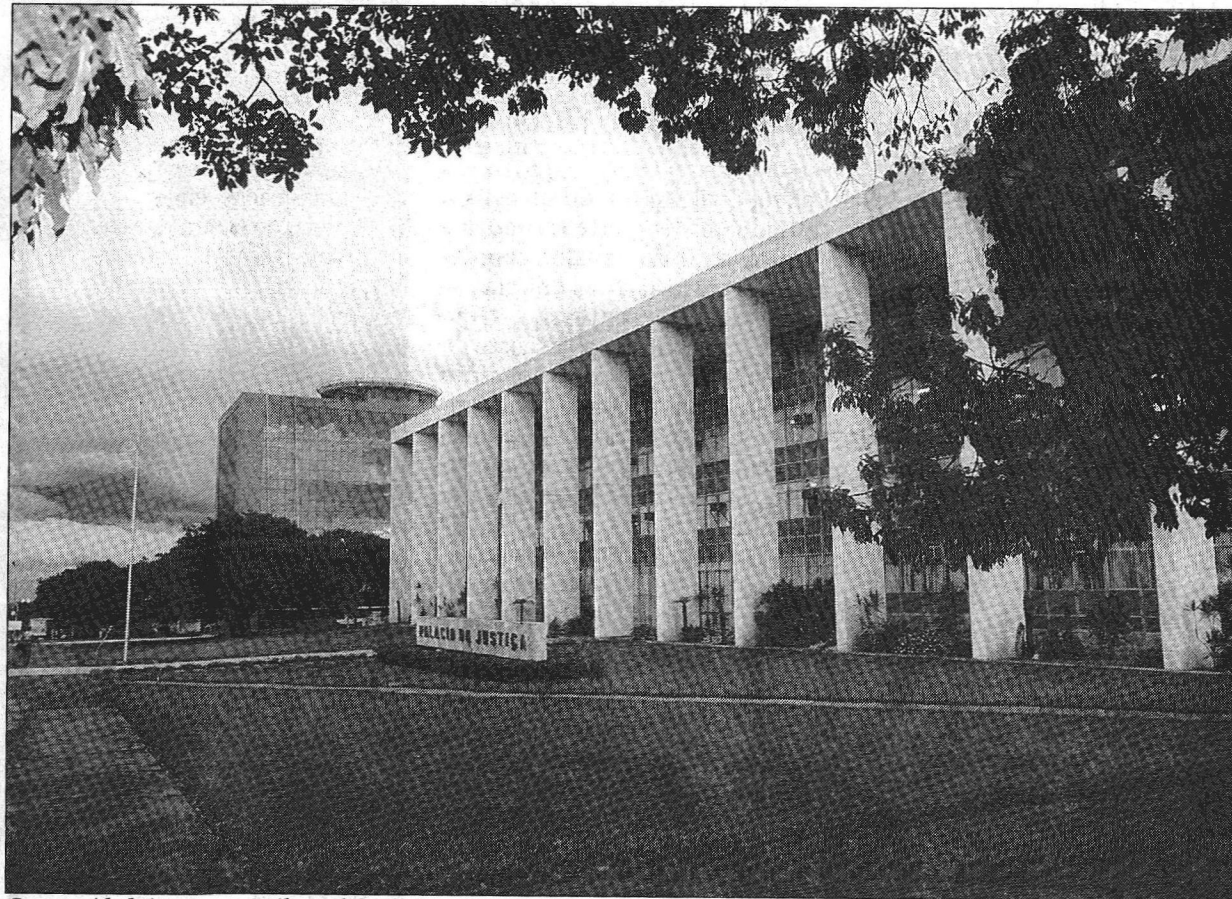
traduz a harmonia hoje existente entre os poderes no DF", disse o desembargador.

Resende não descartou a possibilidade de demolir e construir uma nova sede, caso não seja possível aproveitar a estrutura existente. O novo local, que abrigará pelo menos mil funcionários das câmaras cíveis e criminais, gabinetes do presidente, vice-presidente, corregedor, 31 desembargadores e ainda o serviço de apoio, vai necessitar de uma reforma para adaptar a sala de sessões e o plenário. Estimativa otimista dá um prazo de 40 dias para que o Centro de Convenções esteja pronto para receber a Justiça.

Diante das várias complicações que uma mudança deste porte apresenta, o TJ não poderá ser transferido com a rapidez determinada pelos engenheiros. As rachaduras no edifício foram descobertas durante obras de ampliação da sala da sessão plenária. "Quando foi retirado o forro, constataram-se as fissuras na estrutura. É algo que pode ter acontecido há 15 anos ou mais. Hoje a estrutura está acostumada, mas o edifício apresenta um quadro preocupante", diz Silvano Bonfim, secretário-geral do Tribunal de Justiça.

De acordo com o desembargador, circulam diariamente cerca de 7 mil

Zuleika de Souza



Construído há 30 anos, Tribunal de Justiça abriga mil servidores das Câmaras Cíveis e Criminais e 31 desembargadores

pessoas no Palácio da Justiça, dos quais 4,1 mil são funcionários que trabalham na sede. A idéia inicial era alugar um imóvel particular, enquanto a reforma fosse feita. "A desocupação é um fato grave e indesejável, mas é imprescindível", disse Lécio Resende. O ideal, para os desembargadores, é que pudessem ser abrigados nos dois prédios anexos, mas eles estão totalmente ocupa-

dos. A transferência parcial também foi descartada.

Durante o período de mudança, os trabalhos serão suspensos. Na próxima semana, os desembargadores vão decidir as medidas práticas a serem tomadas para que as atividades do Palácio da Justiça não sejam prejudicadas. A agência da Caixa Econômica Federal que funciona no prédio também será trans-

ferida. "As atividades julgadoras serão suspensas", adiantou o desembargador.

O Tribunal de Justiça se instalou no Distrito Federal em 1960. Ao longo de 30 anos passou por várias reformas internas, principalmente para a construção de novos gabinetes. No início eram apenas sete desembargadores. O número cresceu para 10, 15, 23 e, atualmente, 31.